

IMPACTO DE FATORES SOCIOECONÔMICOS NO ACESSO A ALIMENTOS: A EXPANSÃO DOS DESERTOS ALIMENTARES

DAIANA THUROW¹; **JULIA LOPES²**; **ISADORA LEIVAS³**; **UIZ ERNESTO COSTA-SCHMIDT⁴**

¹*Universidade Federal de Pelotas – daisthurow08@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – isaleivassilva@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – juju.lopesfdasilva@gmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – luiz.ernesto@ufpel.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

O acesso à alimentação digna é uma questão de saúde pública garantida pela Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2006), de forma que é dever dos órgãos públicos assegurar que a qualidade e a quantidade de alimentos sejam suficientes para atender a demanda energética de todos os indivíduos. Entretanto, o acesso à alimentos *in natura* ou minimamente processados (*sensu* MONTEIRO, 2009) é desigual no território brasileiro, estando associado a indicadores socioeconômicos e culturais (KASINSKI, 2020; PENSSAN, 2022).

Um fenômeno recente nas sociedades modernas, especialmente urbanas, é o surgimento de regiões ou comunidades onde as pessoas têm acesso limitado a alimentos frescos e saudáveis: os chamados “Desertos Alimentares”. De acordo com a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN, 2018), os desertos alimentares estão relacionados com a falta ou com a dificuldade de acesso à alimentos minimamente processados ou *in natura* em pelo menos uma de cinco dimensões: disponibilidade, proximidade, acessibilidade financeira, aceitabilidade e conveniência (PENSSAN, 2022; para outros critérios de classificação, ver JIAO et al., 2012).

Os deserts alimentares possuem uma relação direta com padrões epidêmicos já estabelecidos nas sociedades modernas, das quais a obesidade e a desnutrição se destacam. Os efeitos da ingestão descompassada de nutrientes associada à obesidade são tão expressivos a ponto que o conceito atual de fome teve de ser revisitado. A fome deixou de estar exclusivamente ligada à falta de alimentação e passou a relacionar-se com a precária qualidade do alimento que é ofertado, descaracterizando os conceitos enraizados de desnutrição e obesidade, tornando-os mais próximos entre si. Assim, “fome” deixou de ser resumida à falta de alimentos, tornando-se uma questão política relacionada a grandes problemas de saúde pública e fatores socioculturais que comandam a oferta de alimentos à nível mundial.

No Brasil, os estudos sobre ambientes alimentares e o seu impacto no contexto alimentar da sua população buscam caracterizar os produtos disponibilizados nos comércios localizados na zona urbana do país, como representado no estudo técnico “*Mapeamento de deserts alimentares no Brasil*” (CAISAN, 2018). A partir deste mapeamento é que emergem os deserts alimentares, além de indicar os locais para a promoção e implementação de políticas públicas que visem aprimorar o acesso da população afetada a uma dieta de qualidade. Observa-se, assim, que o conceito de deserto alimentar está

associado à insegurança alimentar, à dificuldade de acesso e à baixa qualidade nutricional (ver também: JIAO et al., 2012; RAMIREZ et al., 2017).

O objetivo deste trabalho é identificar o conhecimento populacional acerca do conceito “desertos alimentares” e das problemáticas relacionadas a este conceito. Como *corpus* de análise utilizaremos as plataformas digitais dos principais veículos de comunicação brasileiros, partindo da premissa de que nossa análise atende apenas a população brasileira com acesso a estes meios de informação digital. A partir deste diagnóstico, avaliamos o grau de associação das notícias relativas a desertos alimentares com aspectos socioeconômicos.

2. METODOLOGIA

Inicialmente, selecionamos seis veículos jornalísticos nacionais com ampla inserção digital entre o público brasileiro: Portal G1 e O Globo (Grupo Globo), Portal R7 (Grupo Record), Estadão (Grupo Estado), Folha de São Paulo (Grupo Folha) e UOL Notícias (Grupo UOL). Na ferramenta de busca de cada um destes portais de notícias fizemos a consulta pela expressão “desertos alimentares”, dos quais avaliamos a pertinência dos resultados obtidos. Como critério de pertinência utilizamos a adesão da notícia a pelo menos uma das dimensões de acesso aos alimentos minimamente processados (ou *in natura*) propostas pela CAISAN.

Os resultados encontrados foram analisados em relação aos seguintes critérios: (1) compromisso de transmitir o conceito de desertos alimentares de maneira clara ao leitor; (2) associações apresentadas com outras questões socioeconômicas; (3) sugestões propostas para mitigar a problemática.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram desconsiderados os resultados da busca realizada no portal da Folha de São Paulo, devido às restrições de acesso aos conteúdos – exigência de assinatura paga. Já os resultados provenientes dos demais veículos jornalísticos (G1, R7, Estadão, O Globo, e UOL Notícias) revelaram uma escassez de conteúdos midiáticos que abordem a problemática dos desertos alimentares em sua totalidade.

De forma mais ampla, todos os veículos de comunicação apresentaram resultados à pesquisa por “desertos alimentares”. Em contrapartida, apenas o portal G1 retratou resultados pertinentes à temática em questão, caracterizando os desertos alimentares na dimensão de acessibilidade a alimentos *in natura* ou minimamente processados. Além disso, relacionou os desertos alimentares a fatores socioeconômicos, questões de saúde pública e ao papel do empreendedorismo no processo de atenuação da problemática.

Na reportagem intitulada “Os ‘desertos alimentares’ dos EUA, que condenam 47 milhões de pessoas a comer pouco e mal” (BBC, 2021), redigida pela equipe da BBC News e replicada no Portal G1 em junho de 2021, foi feita uma exposição da desigualdade socioeconômica presente no país, trazendo um comparativo sobre os hábitos alimentares entre um bairro luxuoso e um bairro de baixo poder aquisitivo, ambos na cidade de Miami. Em termos de acessibilidade, a reportagem deixa claro que no bairro de condições socioeconômicas mais restritivas foi possível observar uma grande quantidade de ultraprocessados nos estabelecimentos do local. De acordo com uma das entrevistadas, Jill Clarke, o cenário de desigualdade se aproxima de ser “um *Apartheid alimentício*”, pois há segregação de raça, classe e gênero, associando as áreas com as “redlinings” –

lugares onde não havia previsão de investimento por serem consideradas zonas de perigo, resultado da separação racial. A mesma matéria aborda o caso de *Liberty City*, lugar com alta criminalidade e com vestígios da segregação racial, onde foi instalada uma horta urbana gratuita, contribuindo para o acesso à produtos orgânicos para a comunidade local.

Em dezembro de 2020, foi publicado no Portal G1 a reportagem “*Restaurante apostava em novos sabores e produtos orgânicos nos ‘desertos alimentares’*” (MONTEIRO, 2020), onde é apresentada uma empreendedora que utilizou de uma horta própria com plantas alimentícias não convencionais (PANCs) em um local com difícil acesso à alimentos naturais. De fato, a idealizadora do restaurante trouxe uma acessibilidade regional para os residentes no deserto alimentar citado, mas não garantiu que os indivíduos poderiam adquirir os insumos naturais, como foi feito em *Liberty City*, citado anteriormente.

A reportagem “*Pesquisa da UFMG aponta que periferia de BH tem ‘desertos alimentares’, áreas onde não há oferta de comida saudável*” (PIMENTEL, 2019), feita em novembro de 2019, mostra que são raros os mercados que oferecem frutas e verduras em áreas pobres na cidade, impossibilitando indivíduos com baixa renda de possuírem a liberdade de escolha acerca do alimento, ou seja, a alimentação pobre em nutrientes torna-se uma imposição. Nesses locais, há pouquíssimas concentrações de armazéns e onde há, dificilmente é encontrado insumos *in natura*.

O estudo feito pela Universidade Federal de Minas Gerais, mostra que quase 47% dos estabelecimentos são considerados não saudáveis, e 43% são considerados mistos, o que demonstra que o industrializado é, atualmente, mais preferível ao bolso do consumidor e mais rentável ao vendedor, sendo inúmeras vezes mais ofertado. Em Belo Horizonte, foi possível observar a mesma divisão existente nos bairros de Miami. A alimentação equilibrada se torna altamente elitizada, prejudicando a saúde da população com menor renda.

As questões sociais acerca da disponibilidade dos insumos *in natura* nas regiões mais pobres são inúmeras, nas quais foram abordadas: desigualdade socioeconômica, criminalidade e segregação racial. O questionamento sobre o porquê de a periferia não poder ter acesso à uma saúde provinda da alimentação saudável deve estar presente no cotidiano da população, para que assim, seja possível mudar o cenário da discrepância alimentar entre desertos alimentares e oásis alimentares.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se, portanto, ser imprescindível o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à mitigação da insegurança alimentar enfrentada no território brasileiro. Tal ação pode ser concretizada a partir de uma disponibilidade maior de insumos naturais dentro de estabelecimentos, sendo acessíveis financeiramente e vendidos de forma atrativa. É importante, também, a consciência social por parte da população, o aprendizado nutricional sobre as classificações de alimentos *in natura*, processados e ultraprocessados e a informação acerca das comorbidades provindas de uma alimentação rica em industrializados. Além disso, o direcionamento de feiras orgânicas para bairros periféricos pode ser um importante mecanismo para mitigar o impacto dos desertos nutricionais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BBC. Os 'desertos alimentares' dos EUA, que condenam 47 milhões de pessoas a comer pouco e mal. Portal G1, 06 de junho de 2021. Acessado em 21 set. 2023. Disponível em https://t.ly/mM_Gq

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006.

CAISAN. Estudo técnico - Mapeamento dos Desertos Alimentares no Brasil. 2018.

JIAO, J.; MOUDON, A. V.; ULMER, J.; HURVITZ, P. M.; DREWNOWSKI, A. How to identify food deserts: measuring physical and economic access to supermarkets in King County, Washington. **American Journal of Public Health**, v. 102, n. 10, p. e32-e39, 2012.

KASINSKI, Daniel. **Desertos alimentares no município de São Paulo.** 2020. 108f. Dissertação (Mestrado profissional MPAGRO) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Economia de São Paulo.

MONTEIRO, C. A. Nutrition and health. The issue is not food, nor nutrients, so much as processing. **Public Health Nutrition**, v. 12, n. 5, p. 729-731. 2009.

MONTEIRO, P. **Restaurante aposte em novos sabores e produtos orgânicos nos 'desertos alimentares'.** Portal G1, 06 de dezembro de 2020. Acessado em 21 set. 2023. Disponível em <https://t.ly/N0HMM>

PENSSAN. II VIGISAN - Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. 2022. 112f.

PIMENTEL, T. Pesquisa da UFMG aponta que periferia de BH tem 'desertos alimentares', áreas onde não há oferta de comida saudável. Portal G1, 24 de novembro de 2019. Acessado em 21 set. 2023. Disponível em <https://t.ly/oQ5CW>

RAMIREZ, A. S.; RIOS, L. K. D.; VALDEZ, Z.; ESTRADA, E.; RUIZ, A. Bringing produce to the people: implementing a social marketing food access intervention in rural food deserts. **Journal of Nutrition Education & Behavior**, v. 49, n. 2. 2017.